



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE 0282902-5 RECIFE/PE
AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº

AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A

ADVOGADO: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS PE022718 E OUTRO(S)
(Conforme RITJPE, Art. 66, III)

AGRAVADO: CLAUDIANO JOSÉ DA SILVA

ADVOGADO: THIAGO FALCÃO PEIXOTO PE027053

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO

JULGAMENTO: DE DE 2013

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO
CÍVEL. CONTRADIÇÃO. AUSENTE.
PREQUESTIONAMENTO.


1. Da leitura do voto condutor, percebe-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda por meio de decisão refletida e balizada em entendimento legal e jurisprudencial, longe de ser fruto de atitude precipitada e arbitrária, tampouco com desrespeito ao substrato probatório colacionado pelas partes, inexistindo, assim, a omissão apontada.

2. Embargos Declaratórios conhecidos apenas para fins de prequestionamento, porém a que se nega provimento para manter íntegro o acórdão atacado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0282902-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer dos aclaratórios apenas para fins de prequestionamento e negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 02 de  de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE 0282902-5 RECIFE/PE
AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**

**AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

**ADVOGADO: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS PE022718 E OUTRO(S)
(Conforme RITJPE, Art. 66, III)**

AGRAVADO: CLAUDIANO JOSÉ DA SILVA

ADVOGADO: THIAGO FALCÃO PEIXOTO PE027053

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO


Trata-se de embargos de declaração opostos por SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, em face do Acórdão de fls. 147/147v, proferido nos autos do recurso de agravo na apelação cível nº 0282902-5, sob o argumento de que haveria **contradição** a ser sanada e com objetivo de **prequestionar** as matérias a serem observadas pelos Tribunais Superiores.

Aduz que o acórdão atacado foi proferido em desacordo com a prova dos autos, porquanto a indenização fixada seria desproporcional à lesão sofrida pelo sinistrado. Pugna, ao final, para que sejam recebidos e acolhidos os presentes embargos.

É o relatório.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito para julgamento, na conformidade do Art. 85, "d", do RITJ/PE.

Recife, 02 de outubro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE 0282902-5 RECIFE/PE
AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**

**AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

**ADVOGADO: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS PE022718 E OUTRO(S)
(Conforme RITJPE, Art. 66, III)**

AGRAVADO: CLAUDIANO JOSÉ DA SILVA

ADVOGADO: THIAGO FALCÃO PEIXOTO PE027053

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO RELATOR

Como bem consignado no relatório, a parte embargante, através dos presentes embargos de declaração, pede o prequestionamento de toda a matéria trazida, com a finalidade de suprir os óbices regimentais e legais para eventual interposição de Recurso Especial e Extraordinário. Além disso, refuta o *quantum* indenizatório fixado, por entender que excede o valor efetivamente devido em razão do grau de invalidez suportado pelo recorrido.

Da leitura do voto condutor de fls. 149/150 do recurso de agravo em apenso, entretanto, percebe-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda por meio de decisão refletida e balizada em entendimento legal e jurisprudencial, longe de ser fruto de atitude precipitada e arbitrária, tampouco com desrespeito ao substrato probatório colacionado pelas partes.

Ainda que, de forma diversa, a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência dos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

Conforme expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios têm a finalidade de sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso.

Ante o exposto, conheço os embargos de declaração para fins de prequestionamento, porém **NEGO PROVIMENTO** aos mesmos, para manter íntegro o decísum atacado.

É como voto.

Recife, 02 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator